



**XIX
CONBRACE**
VI CONICE
08 a 13 de setembro de 2015
VITÓRIA-ES

TERRITORIALIDADE E DIVERSIDADE
REGIONAL NO BRASIL E AMÉRICA LATINA:
SUAS CONEXÕES COM A EDUCAÇÃO
FÍSICA E CIÊNCIAS DO ESPORTE

PERFIL ATUAL DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL¹

Jaciara Oliveira Leite
José Luiz Cirqueira Falcão
Michelle da Silva Flausino
Tadeu João Ribeiro Baptista

RESUMO

Este texto tem por objetivo apresentar uma análise quanti-qualitativa do perfil da formação profissional em Educação Física no Brasil. Seus resultados fazem parte da investigação que buscou traçar o perfil da formação profissional do campo em treze países da América Latina, dialogando com a produção acadêmica. Aporta-se no conceito de campo de Bourdieu, tendo em vista as diferentes opções epistemológicas, raízes históricas e diferentes arranjos políticos que compõem historicamente a Educação Física. Os resultados indicam, dentre outros aspectos: uma expansão exponencial dos cursos de formação profissional em Educação Física; um crescimento na quantidade de cursos na modalidade à distância; e uma grande concentração de cursos presenciais nas regiões sudeste e sul do Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: formação profissional; campo acadêmico-científico; educação superior.

INTRODUÇÃO

O campo de conhecimento da Educação Física na América Latina apresenta uma gama significativa de processos de formação profissional, sendo os mesmos pouco explorados na literatura científica. Na direção de compreender a identidade do campo da Educação Física, Molina, Ossa e Altuve (2009) perguntam: Qual Educação Física para a América Latina? O texto indica quatro grandes influências que foram adotadas: o modelo Alemão que visa as ciências do esporte, o modelo Francês que defende a praxiologia motriz, o modelo Socialista que apoia a cultura física, e o modelo Norte-Americano que compreende as tendências do *fitness* e do alto rendimento. Os autores apresentam ainda uma reflexão sobre a construção de uma proposta pedagógica alternativa que responda às especificidades da realidade latino-americana, do mesmo modo que supere as influências externas às culturas e necessidades do

¹ Esta investigação recebeu apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG) e do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), por intermédio de edital 01/2013 do Ministério do Esporte (ME) do Brasil. Não houve conflitos de interesse para a realização do presente estudo.



continente. Conhecer com maior profundidade como o campo tem se desenvolvido pode contribuir com esse objetivo.

Na diversidade de culturas que constitui a América Latina é importante considerar que, no Brasil, o termo utilizado para identificar a disciplina curricular obrigatória em toda a Educação Básica, como também em todo o campo acadêmico-profissional é "Educação Física". Essa, porém, não é a única denominação utilizada no continente, ainda que seja a mais usual conforme identificamos em outro momento (SILVA *et. al.*, 2013), pois aparecem outras denominações como, por exemplo, Cultura Física, Ciências do Esporte, Ciências da Atividade Física e Esporte, entre outros.

Diante disso, optamos aqui pela denominação Educação Física, por ser um conceito mais amplo capaz de abarcar as diferentes opções epistemológicas, raízes históricas e diferentes arranjos políticos, como bem indica o conceito de campo de Bourdieu (2004; 2011).

Para o autor, campo pode ser definido como um “[...] espaço social de relações objetivas” e um “[...] lugar de disputas entre agentes a partir de seus interesses” (IDEM, p. 122). A análise do campo, a ser apresentada neste texto, parte de dados da realidade brasileira coletados na pesquisa que procura traçar o perfil da formação profissional em Educação Física em treze países da América Latina, dialogando com a produção sobre a formação profissional.

CONSTITUIÇÃO DO CAMPO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL

No Brasil, a história da formação profissional em Educação Física indica que os primeiros cursos, segundo Souza Neto *et. al.* (2004), surgiram a partir das escolas militares por volta de 1934. Nesse primeiro programa de formação, o título conferido era de Instrutor de Ginástica e Professor de Educação Física, com dois anos de duração de curso para o segundo título citado. Até então os militares, ainda que sem formação específica, eram os responsáveis por ministrar as aulas da disciplina.

No ano de 1937 a Constituição Brasileira tornou a Educação Física obrigatória nas escolas e, nesse período, iniciaram-se as discussões para a criação de um currículo mínimo para a formação profissional. Com o tempo, ampliaram-se as exigências para o campo que, até 1957, não requeria diploma de conclusão do hoje chamado Ensino Médio, o que



caracterizava os cursos de formação em Educação Física como técnicos. A partir de 1957, para se tornar professor da disciplina a dedicação era de três anos e o currículo passou a ser mais próximo do das licenciaturas, isso, com o objetivo de fazer desse profissional um educador (SOUZA NETO *et. al.*, 2004).

De acordo com Ventura (2010), esse período é orientado por uma primeira aproximação do campo com a licenciatura, ao mesmo tempo, garantia, também, ao graduado a possibilidade de atuar como técnico esportivo nas modalidades que tivessem sido cursadas ao longo da formação. Destarte, vários cursos no Brasil passaram a oferecer uma maior diversidade de disciplinas esportivas com o objetivo de habilitar os egressos para atuarem com diferentes esportes.

A segunda orientação é marcada pela Resolução 69/1969, caracterizada pela presença de um currículo mínimo e de caráter técnico, com carga horária de 1800 horas, era assim expresso pedagogicamente pelo aprender fazendo (VENTURA, 2010). Esse é um período considerado de formação tecnicista, uma vez que, de acordo com Libâneo (2013), essa tendência pedagógica ganhou autonomia no Brasil a partir dos anos 1960. Nesse momento, a “[...] didática instrumental está interessada na racionalização do ensino, no uso de meios e técnicas mais eficazes” (LIBÂNEO, 2013, p. 71). Nas décadas de 1970 e 1980 houve um crescimento expressivo na quantidade de instituições formativas em Educação Física no país. Em 1987, com a ampliação da resolução CFE n. 03/87, criou-se o bacharelado do campo e toda a formação profissional passou a ser realizada em quatro anos (SOUZA NETO *et al.*, 2004).

Em síntese, Souza Neto *et al.*, (2004) identificaram elementos marcantes e detalhes da história da consolidação da formação em Educação Física no Brasil. Eles destacaram quatro grandes momentos: 1) 1939 – criação da Escola Nacional de Educação Física e Desportos e das diretrizes para a formação profissional; 2) 1945 – Revisão do currículo para atender as exigências do diploma; 3) 1969 – aumento da carga horária e reformulação pedagógica; 4) 1987 – criação do curso de bacharelado em Educação Física, do que decorre diversas discussões sobre a fragmentação na formação.

Ventura (2010) apresenta algumas divergências quanto às orientações identificadas pelos autores citados e destaca os seguintes períodos: 1) Até o final dos anos 1960, marcado por uma formação técnica e um curso com duração de três anos; 2) Resolução 69/1969, caracterizada pela ampliação da carga horária, uma formação em nível superior e o



estabelecimento do currículo mínimo; 3) Início dos anos 1980 com o ruir da Ditadura Militar, culminando com a Resolução 03/1987 do então Conselho Federal de Educação (CFE):

Assim, o tempo mínimo para a integralização foi aumentado de 3 para 4 anos; a carga horária de 1.800 para 2.880 horas e a obrigatoriedade de 300 horas mínimas de estágio supervisionado (situação implantada posteriormente). [...] Esta legislação acabou com a licenciatura curta, mas introduziu a formação pelo bacharelado, uma duplicidade na habilitação profissional – licenciado e bacharel – rompendo com o processo histórico da formação. A dicotomia paradigmática do campo se materializava na formação profissional em Educação Física, determinante e imprudente, corroborando para a confusão sobre a identidade do campo (VENTURA, 2010, p. 143).

A quarta orientação constitui-se da política de formação atual, originada nas críticas feitas à Resolução de 1987, mas que trouxeram como resultado as resoluções de formação para as licenciaturas de todas as áreas em nível federal, a origem das Diretrizes Curriculares próprias da Educação Física, apontando, mais uma vez, para a possibilidade de formação também de bacharéis. Segundo o autor, esse debate feito de maneira inadequada gerou equívocos no processo de formação e, ao mesmo tempo, certa letargia dos intelectuais do campo.

A partir de uma análise do mundo do trabalho, Bracht (2004) indica que no início do século XX a Educação Física começa a se afirmar no contexto educacional. Esse processo aumenta a exigência por formação profissional, que nos primeiros cursos mantinha forte ligação com o Exército e com a Polícia Militar. Segundo o mesmo autor, devido à privatização no Brasil o número de cursos foi de 80 para um total de 400 entre os anos de 1970 e 2003. Para ele, tal dado demonstra a constante mudança no campo e sua tendência em atender às necessidades do mercado, estabelecendo, muitas vezes, uma relação comercial entre professores e alunos, esses últimos vistos como consumidores.

A instalação da concorrência entre os cursos de formação determina a adoção de estratégias e modelos curriculares que garantem o sucesso dos profissionais no mercado. A estes cursos associa uma verdadeira indústria de formação continuada para suprir necessidades mais imediatas do mercado (cursos de Pós-Graduação lato sensu e, principalmente, cursos de curta duração organizados em eventos isolados ou em grandes eventos) (BRACHT, 2004, p. 69).



Ele acrescenta ainda à sua análise que o crescimento das instituições formadoras de profissionais de Educação Física se deu em virtude do incremento nos serviços oferecidos pelo campo, configurando-se em mais mercado e postos de trabalho, acompanhando assim a “onda privatista” na Educação Superior brasileira com incentivos do Estado e maior valorização do diploma.

Atualmente no Brasil, a formação profissional em Educação Física é realizada principalmente em âmbito universitário, ainda que haja também instituições que não são Universidades, mas são consideradas de nível superior como os centros universitários, e as que oferecem formação de tipo tecnológico.

Em outros países da América Latina, a formação profissional no campo foi e é realizada de forma diferente da que comumente acontece aqui no Brasil. Segundo Giles (2003), a formação no campo na Argentina, por exemplo, desde o seu início até os dias de hoje, é principalmente de caráter não universitário, sendo realizada pelos Institutos Superiores de Formação Docente em Educação Física, havendo também, mas em menor número, cursos de caráter universitário.

Segundo Molina Neto e Molina (2003), a Educação Física, em sua organização, pode ser resultado da globalização, com influência principal dos países da América do Norte. Esse fato pode dificultar uma formação mais autônoma em futuro próximo por parte dos países do Sul em relação aos países do Norte.

O campo acadêmico tem desenvolvido vários debates e um deles diz respeito a qual é sua identidade como campo de conhecimento? Apesar dos estudos de Giles (2003) tratarem do contexto argentino, é possível identificar algumas proximidades em relação à realidade brasileira. Uma característica comum entre ambos diz respeito aos estudantes que ingressam na formação profissional em Educação Física não saberem, ou compreenderem de forma idealizada o campo. Esse fato causa tensões e contradições entre a lógica de se instruir sobre como praticar um esporte, ou compreender diferentes tipos de práticas corporais voltadas para os processos de ensino-aprendizagem dentro da escola ou fora dela.

No bojo do debate acerca da identidade encontra-se a proliferação de cursos e a diversificação tanto em termos de títulos conferidos, como em eixos temáticos que caracterizariam os cursos. Observa-se um movimento de diversificação, talvez de fragmentação no campo, ao se constatar o fato de que até bem pouco tempo só se observava o uso do termo Educação Física para se referir à formação e, atualmente, é possível identificar



outros tipos de nomenclatura adotada em diferentes cursos superiores. Esse é um movimento que parece ocorrer também em outras áreas. O estudo de Oliveira *et. al.* (2013), demonstra que a ampliação de vagas, de habilitações e títulos pode significar o dobro das vagas para este curso no Brasil. Assim, aparentemente, o movimento existente na Educação Física Brasileira é um fato presente em outras profissões e em outros países, como é o caso da expansão dos cursos de jornalismo em Portugal (PINTO, 2004).

Em investigação de Silva *et. al.* (2009) foi identificado um crescimento acentuado no número de cursos no Brasil. Em 1991 havia 117 cursos de Educação Física e em 2013, chegou-se a 1334, de acordo com os dados desta pesquisa (Gráfico 1). Os estudos de Silva *et. al.*,(2009) informam também que, além da fragmentação entre Licenciatura e Bacharelado, vem-se criando cursos Tecnológicos no campo, assim como o uso de denominações que não o compreendem como um todo, mas uma especialização no esporte, no lazer, no treinamento esportivo, entre outros. Isso pode ser observado, por exemplo, nas terminologias “Sequencial em Gestão de Esporte e Lazer Comunitário”, “Bacharelado em Esporte”, dentre outros.

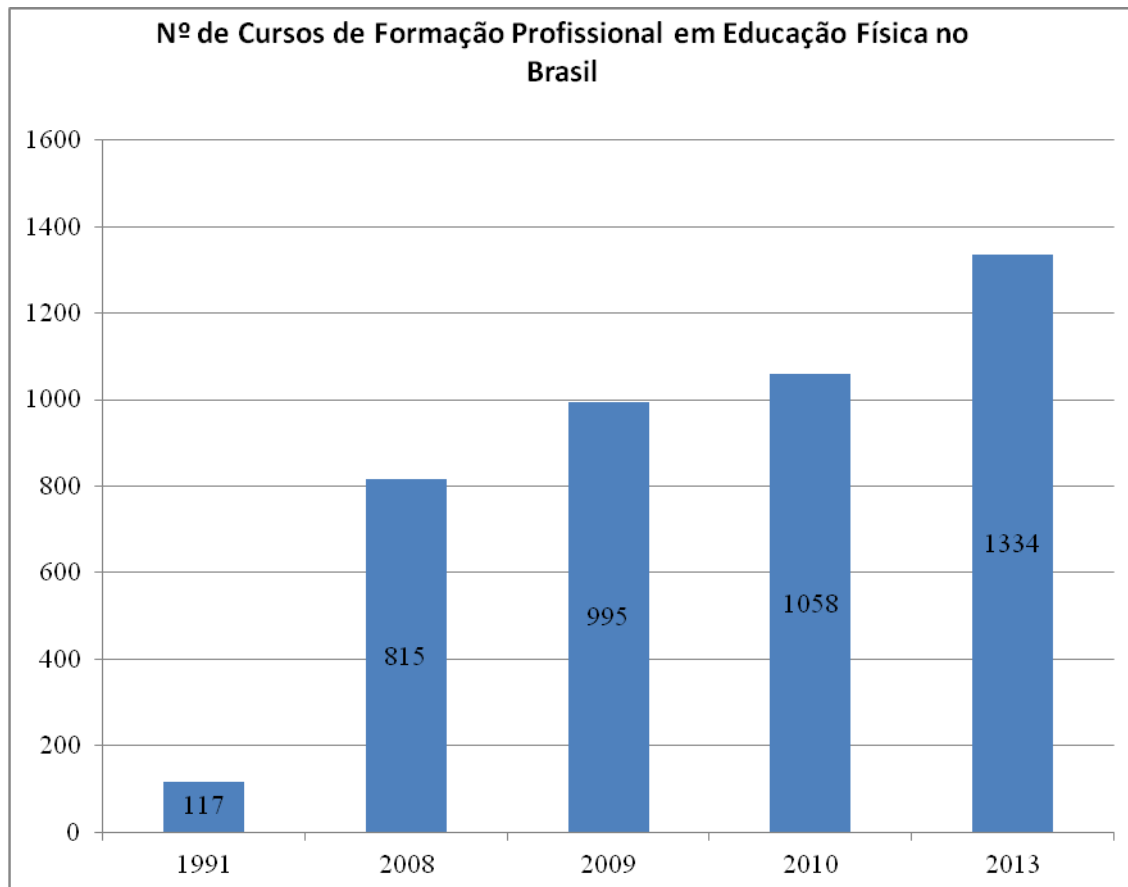




Gráfico 1: Evolução do Número de Cursos Superiores em Educação Física no Brasil no período compreendido entre 1991 e 2013.

Fonte: Dados da Pesquisa.

Buscamos abaixo apresentar e analisar os dados desta pesquisa que atualizam algumas das informações fornecidas pela investigação citada anteriormente (SILVA *et. al.*, 2009), assim como demonstrar outros elementos vinculados à distribuição regional e ao crescimento da modalidade de Educação a Distância (EaD).

O CONTEXTO ATUAL DA FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL

Os dados coletados em março de 2015 apontam a existência de 1452 cursos de Educação Física, os quais são ministrados por 1019 Instituições de Ensino Superior, indicando um significativo crescimento da formação profissional e do campo acadêmico como um todo no país. Considerando a pesquisa anterior, temos, então, um aumento de 45,93% no total de cursos entre 2009 e 2014. Quando consideramos o aumento entre 2008 e 2014, este percentual apresenta um acréscimo de 78,16% o que representa quase o dobro do número de cursos em um período de tempo relativamente curto. Em outras palavras, podemos observar um incremento significativo do número de cursos de Educação Física em aproximadamente cinco anos. No gráfico 2 apresentamos os dados da distribuição de cursos de acordo com o número de instituições que oferecem os cursos a partir da habilitação (Licenciatura ou Bacharelado), da modalidade (Presencial ou a Distância – EaD), e da nomenclatura (Educação Física, Tecnólogo em Gestão de Desporto e Lazer ou outras denominações).

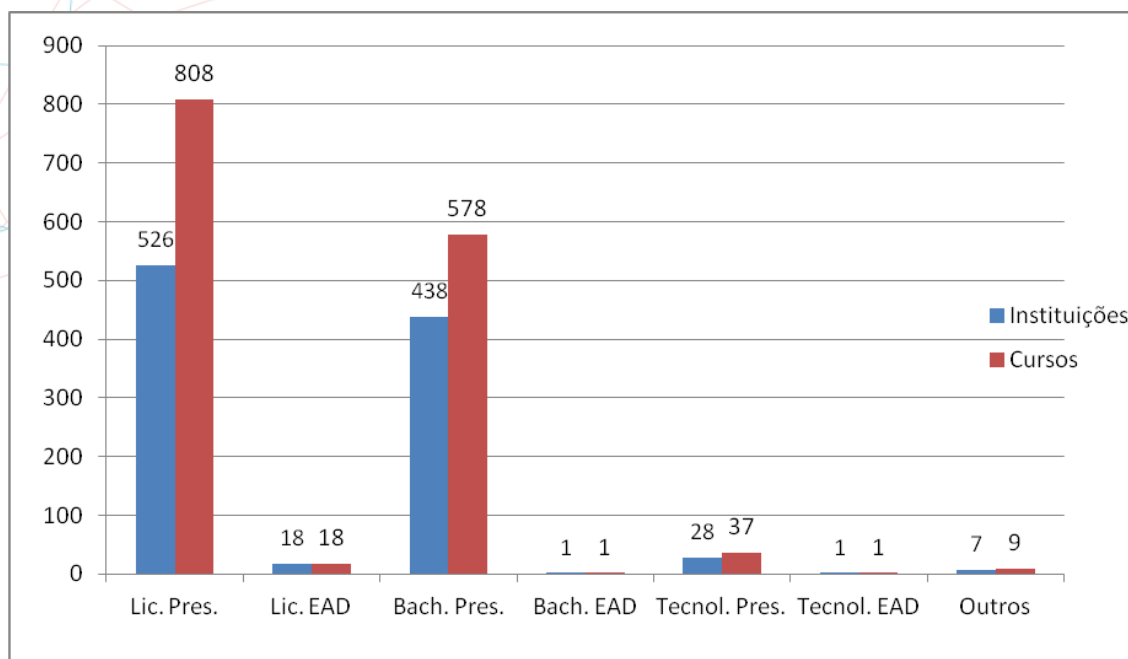


Gráfico 2: Distribuição do Número de Instituições e Cursos Oferecidos.

Legenda: Lic. Pres. – Licenciatura Plena em Educação Física Presencial; Lic. EaD – Licenciatura em Educação Física na Modalidade de Educação a Distância; Bach. Pres. – Bacharelado em Educação Física Presencial; Bach. EaD – Bacharelado em Educação Física na Modalidade de Educação a Distância; Tecnol. Pres. – Curso Tecnológico em Gestão Desportiva e de Lazer Presencial; Tecnol. EaD – Curso Tecnológico em Gestão Desportiva e de Lazer na Modalidade de Educação a Distância; Outros – Outras Denominações de Cursos vinculados ao Campo de Conhecimento.

Fonte: eMEC (2015). (www.emec.mec.gov.br)

Podemos observar no gráfico que a maioria das instituições (526) oferece cursos de Licenciatura em Educação Física na modalidade presencial e outras (438) oferecem cursos de Bacharelado. Os cursos na modalidade Educação a Distância (EaD), os tecnológicos e outros com distintas denominações ainda são esporádicos nas instituições brasileiras. Deve-se destacar que a análise dos cursos em EaD não se deu pelo número de polos (cidades participantes dos cursos), mas pelas instituições que os oferecem, o que justifica ser o número de instituições igual ao de cursos nessa modalidade.

Outras denominações para o curso, ainda que com baixa representatividade, foram identificadas nos dados brasileiros, tais como: Bacharelado em Atividade Física e Esporte (Presencial); Bacharelado em Ciência do Esporte (Presencial); Bacharelado em Esporte (Presencial); Bacharelado em Educação Física e Esporte (Presencial); Bacharelado em Esporte (Presencial); Sequencial em Esporte na Contemporaneidade: do Lazer ao Rendimento (Presencial); Sequencial em Gestão de Esporte e Lazer Comunitário (Presencial).



Educação Física foi a principal denominação encontrada no Brasil para esse campo de conhecimento, o que confirma os estudos de Barbosa *et. al.* (2014) e Silva *et. al.* (2014). Essa informação também se contrapõe aos dados de Gilles (2013) para a análise da formação da Argentina, e de Silva *et. al.* (2014), quando analisa uma existência significativa de diferentes nomenclaturas adotadas em toda a América Latina.

Ainda a esse respeito, destaca-se que, de uma forma geral, são nos cursos de bacharelado que têm aparecido termos que indicam uma especialização na formação, especialmente no que concerne ao lazer e ao esporte. Isso, pode indicar uma maior flexibilização nos objetivos, no currículo e nos tipos de trabalhos oriundos dessa habilitação, impactando também as discussões sobre a identidade do campo e, num futuro próximo, talvez, em questões trabalhistas, tendo em vista os debates e decisões recentes em torno da atuação profissional².

Na tabela 1, apresentamos a distribuição regional dos cursos de formação profissional no Brasil.

² No Brasil a Educação Física foi regulamentada pela lei 9696 de 1º de setembro de 1998, que cria o profissional de educação física, bem como os conselhos de classe (CONFEF – Conselho Federal de Educação Física com atuação em nível nacional e os CREF's – Conselhos Regionais de Educação Física com atuação nos estados ou regiões geográficas do país). Desde sua origem desenvolveram-se várias tensões entre o sistema CONFEF/CREF, entidades de pesquisa e universidades. Muitos desses conflitos se deram em torno da formação nas licenciaturas e bacharelados, bem como, nos diferentes campos de intervenção profissional. Atualmente, existe uma polêmica significativa sobre a intervenção profissional em espaços não escolares, sobretudo, as academias de ginástica. Apesar de os estudos de Azevedo (2013) e mesmo do parecer 400/05 da Câmara de Ensino Superior do Conselho Nacional de Educação (CES/CNE) não apresentarem restrições sobre a atuação do Licenciado dentro ou fora da escola, cabendo a restrição para a atuação dos bacharéis no campo escolar, saiu uma liminar do STJ (Recurso Especial nº 1.361.90 -SP 2013/01728-3 de 18/11/2014), estabelecendo esta diferença. Assim, são necessárias reflexões e o acompanhamento dessa questão nos próximos anos.



Tabela 1: Distribuição dos cursos de Educação Física no Brasil a partir da frequência (f) e do percentual de cursos (%) de acordo com a Região Geográfica do Brasil.

Cursos	Norte		Nordeste		Centro-Oeste		Sudeste		Sul		Total	
	f	%	f	%	f	%	f	%	f	%	f	%
Lic. Pres.	79	69,3	146	62,1	75	58,1	375	53,04	133	50,0	808	55,7
Lic. EaD	2	1,75	3	1,2	4	3,10	5	0,7	4	1,5	18	1,2
Bach. Pres.	32	28,07	78	33,1	45	34,8	303	42,8	120	45,1	578	39,8
Bach. EaD	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,1	0	0,0	1	0,1
Tecnol. Pres.	1	0,88	7	2,9	5	3,8	19	2,7	5	1,89	37	2,5
Tecnol. EaD	0	0,0	0	0,00	0	0,00	1	0,1	0	0,00	1	0,1
Outros	0	0,00	1	0,4	0	0,0	4	0,5	4	1,5	9	0,6
Total	114	100	235	100	129	100	708	100	266	100	1452	100

Legenda: Lic. Pres. – Licenciatura Plena em Educação Física Presencial; Lic. EaD – Licenciatura em Educação Física na Modalidade de Educação a Distância; Bach. Pres. – Bacharelado em Educação Física Presencial; Bach. EaD – Bacharelado em Educação Física na Modalidade de Educação a Distância; Tecnol. Pres. – Curso Tecnológico em Gestão Desportiva e de Lazer Presencial; Tecnol. EaD – Curso Tecnológico em Gestão Desportiva e de Lazer na Modalidade de Educação a Distância; Outros – Outras Denominações de Cursos vinculados ao Campo de Conhecimento.

Fonte: eMEC (2015). (www.emec.mec.gov.br)

Na tabela 1 é possível identificar alguns aspectos interessantes do ponto de vista da modalidade, habilitação e das regiões do Brasil. Em primeiro lugar, o predomínio da formação no campo da Educação Física sendo feita em licenciaturas presenciais (55,70%) o que se explica pela própria tradição do caráter prático/vivencial do curso, analisada também por Ventura (2010). Deve-se destacar ainda que os cursos na modalidade EaD ainda são incipientes, do ponto de vista do número de suas sedes³, correspondendo a 1,3% do total de cursos do Brasil, se forem somadas as licenciaturas e bacharelados. Na análise de Lazzarotti Filho; Silva e Pires (2013), os saberes sobre as Práticas Corporais denominados por Ventura (2010) como de caráter prático/vivencial também apresentam relevância nos cursos de EaD. De acordo com os autores:

³ A pesquisa relativa à quantidade de cursos considerou os cursos por instituição, embora separando licenciaturas e bacharelados realizados nas sedes, pois, olhar para todos os polos da EaD daria uma dimensão provavelmente irreal, considerando que as instituições mantêm um mesmo projeto curricular em diferentes cidades. Entretanto, será feita uma análise específica do número de polos posteriormente neste trabalho.

Pode-se afirmar, na análise do curso em questão, que o SDPC (saber das práticas corporais) é considerado importante, necessário e parte constituinte do processo de formação de professores de EF. Esse saber é desenvolvido nos encontros presenciais que possibilitam vivências, mas segundo a percepção dos componentes da equipe pedagógica, essas vivências são inferiores às experiências por eles realizadas, o que pode trazer dificuldade quando acionadas por esses futuros profissionais no cotidiano escolar (LAZZAROTTI FILHO; SILVA; PIRES, 2013, p. 712).

Em segundo lugar, aparecem os Bacharelados também presenciais com 39,80%, o que é uma decorrência da Resolução do CFE 03/87 mencionada por Souza Neto *et. al.* (2004). De acordo com os dados do INEP, em 2004 (BRASIL, 2004), o país contava com 355 cursos de Bacharelado. Destarte, podemos identificar um incremento de 63,00% na quantidade de bacharelados em Educação Física.

Do ponto de vista regional, ressalta-se a distribuição desigual dos cursos. A Região Sudeste concentra o maior número, o que corresponde a 708 cursos (48,76%) do total. Se a análise for feita considerando o total identificado (1452 projetos em andamento), essa é a região com maior quantidade de licenciaturas (375) e bacharelados (303) presenciais, maior número de licenciaturas EaD (5), a única que apresentou bacharelado e graduação Tecnológica na modalidade EaD no momento da coleta de dados, além de 19 graduações Tecnológicas presenciais e três cursos com outras denominações, empatando, nesse último aspecto, com a Região Sul.

No Nordeste destaca-se o número de Licenciaturas Presenciais, 146 = 10,05% do total, e o número de cursos tecnológicos, 7 = 0,48% do total de cursos, nos quais esta região supera os números da Região Sul. No entanto, deve-se considerar o fato de a Região Nordeste possuir nove estados, enquanto que a Região Sul conta com 1/3 desse número, ou seja, três estados. A Região Sul concentra 133 habilitações em Licenciatura (9,16%), 120 bacharelados (8,26%), cinco tecnológicos em Gestão Desportiva e de Lazer (0,34%) e mais quatro com outras denominações (0,28%).

As regiões Norte e Centro-Oeste possuem o menor número de cursos no total e também nos casos da Licenciatura e Bacharelado Presencial. Tendo em vista a diferença considerável em números de estados, 3 e mais o Distrito Federal no Centro-Oeste e 7 estados na Região Norte, percebe-se que se aproximam na necessidade de maiores investimentos no ensino superior da Educação Física. Tais dados reafirmam a desigualdade social e regional



brasileira no acesso à educação, o que ocorre também com direitos como saúde e lazer, entre outros.

A distribuição regional desses cursos, conforme mostra a tabela 1, mantém um forte desequilíbrio já identificado pelo Ministério da Educação por ocasião da aplicação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) realizado em 2004 (SINAES, 2004). Esse documento apresenta ainda uma grande predominância das instituições privadas com aproximadamente 77% de todos os cursos existentes no país naquele momento (SINAES, 2004). No caso da Educação Física aproximadamente 76,48% dos cursos são oferecidos por instituições privadas, enquanto 23,52% se encontram em estabelecimentos públicos de ensino.

Em relação à modalidade dos cursos (presencial e EaD), observamos um crescimento importante da modalidade (EaD) nas várias regiões do Brasil. O trabalho de Pimentel *et. al.* (2013) identificou em 2011, 28 cursos de Educação Física na modalidade EaD. Os dados de Barbosa *et. al.* (2014) demonstram a existência de 122 cursos de Educação Física na Modalidade a Distância a partir de dados do INEP, sendo 21 na Região Norte; 23 no Nordeste; 34 no Centro-Oeste, 31 no Sudeste e 13 na Região Sul, representando um aumento de 435,71% no intervalo de três anos. Nessa pesquisa, realizada a partir dos dados do portal do e-MEC, os resultados são de dois cursos no Norte; três no Nordeste; quatro no Centro-Oeste; seis no Sudeste e quatro na Região Sul. Uma possível explicação para essa diferença pode dizer respeito ao fato de muitos desses cursos acontecerem como projetos específicos, ao final dos quais as atividades são encerradas. Ademais, esta pesquisa procurou se concentrar no número de cursos de cada instituição e não na quantidade de polos existentes no Brasil. No entanto, essa análise demanda novos estudos.

Outro aspecto a ser considerado em relação aos cursos de EaD, diz respeito à quantidade de polos vinculados a cada curso, como expresso na tabela 2.

Tabela 2: Número de Polos e de Cursos de Educação Física na Modalidade Ensino a Distância de acordo com a Região Geográfica do Brasil

Região Geográfica	Total de Cursos		Total de Polos	
	<i>f</i>	%	<i>f</i>	%
Norte	2	10	9	1,01
Nordeste	3	15	22	2,46
Centro-Oeste	4	20	242	27,04
Sudeste	7 ¹	35	123 ²	13,74
Sul	4	20	499	55,75



Total de Polos	20	100,00	895	100,00
----------------	----	--------	-----	--------

¹ Na Região Sudeste estamos considerando o fato de existirem cinco cursos de Licenciatura em Educação Física, um bacharelado e um curso Tecnológico;

² Na região Sudeste estamos considerando a somatória dos 57 polos de Licenciatura, 32 polos do curso de bacharelado e 34 polos do curso Tecnológico.

Fonte: eMEC (2015). (www.emec.mec.gov.br)

Os dados da tabela 2 indicam o fato de apenas a Região Sudeste ter bacharelado e curso Tecnológico a distância e, apesar de possuírem propostas pedagógicas únicas, os cursos são ministrados, respectivamente, em 32 e 34 polos diferentes em várias regiões do Brasil. A Região Sudeste possui um número um pouco maior de cursos, porém, a região com maior quantidade de polos de EaD é o Sul com 499 polos, sendo a Região Centro-Oeste a segunda em número de polos (242). As Regiões Norte e Nordeste possuem o menor número de cursos instalados (2 no Norte e 3 no Nordeste), bem como um número reduzido de polos quando comparado a outras regiões do país (9 polos no Norte e 22 no Nordeste), tendo em vista existirem 20 cursos e 895 polos de EaD em todo o país. Dessa maneira e mais uma vez, a formação por meio da modalidade EaD sugere a necessidade de mais estudos sobre o tema.

O processo de formação profissional em foco demanda aprofundamentos, no entanto, é possível identificar uma predominância da licenciatura, inclusive devido ao fato de essa ser a formação mais antiga do campo, considerando que, até os anos de 1990, era a única habilitação existente para a Educação Física e que as primeiras turmas formadas, de acordo com a Resolução 03/1987, ocorreram no início dos anos 1990 (BARBOSA *et al.*, 2014). Um desses exemplos é a criação dos cursos de bacharelados, ocorridos na Escola de Educação Física e Esportes da Universidade de São Paulo (EEFE/USP). De acordo com Manoel e Tani (1997, p. 16): “Na EEFEUSP, a decisão oficial para a criação do Bacharelado só ocorreu em 1989. A proposta trazia em seu bojo três novos cursos: Bacharelado em Esporte, Bacharelado e Licenciatura em Educação Física”. Outro ponto a ser analisado é a proporção do número de cursos em relação ao total da população brasileira. Atualmente a população é de 202.817.346, ao passo que existem 1452 cursos de Educação Física, considerando as diferentes habilitações, modalidades e denominações. Assim, é possível dizer que existe, nos dias de hoje, 1 curso para cada 139.682 habitantes. Esse número demonstra uma redução na proporção, tendo em vista os dados apresentados por Silva *et. al.* (2014), pois, em suas análises foram identificados 1334 cursos de Educação Física, o que demonstra a relação de 1 curso para cada 152.036 habitantes, com base na mesma população anunciada. Essa alteração



no número de cursos (aumento de 8,84%) estabelece uma relação menor entre cursos e habitantes, fato esse capaz de ampliar o atendimento da população brasileira nos diferentes campos de intervenção da Educação Física nos próximos anos.

No caso brasileiro, é possível ainda estimar alguns dados relativos à quantidade de profissionais formados por ano e a população, conforme informação abaixo:

Dados do Ministério da Saúde (Brasil, 2006) demonstram que em 2004, todos os cursos de Educação Física do Brasil, formaram juntos 17.290. As informações sobre o número de profissionais registrados nos Conselhos Regionais de Educação Física atingiam 228.669 profissionais formados, o que significa que em 2003 foi registrado 1 profissional graduado para cada 875 habitantes no país (TOJAL, 2004; SILVA *et. al.*, 2014, p. 7).

A partir dos dados apresentados por Silva *et. al.* (2014), é possível inferir que o número de profissionais formados em relação ao total da população vem se ampliando, aumentando a capacidade de atendimento da população brasileira por profissionais do campo da Educação Física.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação apresentada procurou contribuir com a análise do processo de formação profissional no Brasil e os resultados indicam, dentre outros aspectos, uma expansão dos cursos de formação profissional em Educação Física. Aponta também um crescimento na quantidade de cursos na modalidade a distância e uma grande concentração de cursos presenciais nas regiões Sudeste e Sul do Brasil. Os dados apresentam importantes facetas da realidade brasileira e permitem reflexões mais aprimoradas sobre o acesso aos cursos de ensino superior em Educação Física, as suas habilitações, modalidades e nomenclaturas. A análise mais detalhada dos resultados deve contribuir para ponderações mais organizadas sobre as contribuições da Educação Física no contexto da educação, do esporte, do lazer e da saúde no Brasil.

Current Profile of Professional Training in Physical Education in Brazil

ABSTRACT



This text aims to analyze quanti-qualitative the Physical Education professional training profile in the Brazil. The results are part of a research that intends to draw the vocational education profile of the field in thirteen countries of Latin America, dialoguing with the production about professional training. The theoretical support is the Bourdieu's field concept, considering the different epistemological options, historic roots and politics arrangements that compose historically the Physical Education. The results indicate, between other aspects: an exponential expansion of vocational training courses in physical education; an increase in the quantity of Distance Education courses and a great concentration of present course in the Brazil Southeast and South regions.

KEYWORDS: professional training; academic and scientific field, higher education.

Perfil actual de la formación profesional en educación física en Brasil

RESUMEN

Este texto tiene presenta un análisis cuanti-cualitativa del perfil de la formación profesional en Educación Física en Brasil. Los resultados hacen parte de la investigación que buscó trazar el perfil profesional del campo en trece países de América Latina, dialogando con la producción académica. Se aporta teóricamente en el concepto del campo de Bordieu, teniendo en cuenta las diferentes opciones epistemológicas, raíces históricas y diferentes reformas políticos que componen históricamente la educación física. Los resultados indican, dentro de otros aspectos: una expansión exponencial de los cursos de formación profesional en educación física; un crecimiento en la cantidad de cursos en modalidad a distancia; y una gran concentración de cursos presenciales en las regiones sud-este e Sur de Brasil.

PALABRAS CLAVES: Formación profesional; campo académico-científico; educación superior.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, L. P. et al. Formação profissional em educação física no brasil: dados institucionais. In: VI CONGRESSO CENTRO-OESTE DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, X CONGRESSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 2014, Jataí. *Anais...* Jataí: UFG/CBCE, v. 1, p. 1-11.

BOURDIEU, P. *Homo academicus*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011.

BOURDIEU, P. *Os Usos Sociais da Ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BRACHT, V. Esporte/Educação Física e sociedade. In: KUNZ, E.; Hilderbrandt-Stramann, R. *Intercâmbios científicos internacionais em educação física e esportes*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2004.



- BRASIL. *Parecer CNE/CP 009*. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Conselho Nacional da Educação. Conselho pleno, 2001.
- BRASIL. *Resolução CNE/CES 0058*. Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física. Conselho Nacional da Educação. Câmara de Educação Superior. 91, 2004a.
- BRASIL. *Resolução CNE/CES 007*. Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física. Conselho Nacional da Educação. Câmara de Educação Superior, 2004b.
- BRASIL. *Resolução CNE/CP 001*. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena Conselho Nacional da Educação. Conselho pleno, 2002a.
- BRASIL. *Resolução CNE/CP 002*. Duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior. Conselho Nacional da Educação. Conselho pleno, 2002b.
- BRASIL. SINAES. *Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE: Relatório Síntese em Educação Física*. Brasília: INEP, 2004. BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso especial nº 1.361.90 -SP (2013/01728-3) de 18/11/2014.
- GILES, M. A formação profissional em Educação Física. In: BRACHT, V.; CRISÓRIO, R. *Educação Física no Brasil e na Argentina: Identidade, desafios e perspectivas*. Campinas: Editora Autores Associados; Rio de Janeiro: PROSUL, 2003.
- LAZZAROTTI FILHO, A. ; SILVA, A. M. ; PIRES, G. L.. Saberes e práticas corporais na formação de professores de Educação Física na modalidade a distância. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Florianópolis, v. 35, n. 3, p. 701-715, jul./set. 2013.
- LIBÂNEO, J. C. *Didática*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.
- MANOEL, E. J.; TANI, G. Preparação profissional em Educação Física e Esporte: passado, presente e desafios para o futuro. *Revista paulista de Educação Física*, São Paulo, v.13, p.13-19, dez., 1999. N.esp.
- MOLINA NETO, V.; MOLINA, R. Identidade e perspectivas da Educação Física na América do Sul: Formação profissional em Educação Física no Brasil. In: BRACHT, V.; CRISÓRIO, R. *Educação Física no Brasil e na Argentina: Identidade, desafios e perspectivas*. Campinas: Editora Autores Associados; Rio de Janeiro: PROSUL, 2003.
- MOLINA, V.; OSSA, A.; ALTUVE, E. ¿Cuál Educación Física para América Latina? *Revista Espacio Abierto*, Maracaibo, vol. 18, n. 01, mar., 2009.
- OLIVEIRA, V. F. de et al. Um Estudo Sobre a Expansão da Formação em Engenharia no Brasil. *Revista de Ensino de Engenharia*, v. 32, n. 3, p. 37-56, 2013.
- PIMENTEL, F. C. et al. Expansão do ensino superior e formação profissional em Educação Física: Um mapeamento dos cursos na modalidade a distância. *Revista Pensar a Prática*, Goiânia, vol. 16, n. 4, p. 1187 - 1201, 2013.
- PINTO, M. O ensino e a formação na área do jornalismo em Portugal: “crise de crescimento” e notas programáticas. *Comunicação e Sociedade*, Minho - Portugal, v. 5, p. 49-62, 2004.
- SILVA, A. M. et al. A Formação Profissional em Educação Física e o Processo Político-Social. *Revista Pensar a Prática*, Goiânia, vol. 12, n. 2, p. 01-16, ago., 2009.
- SILVA, A. M. et al. Análise comparativa do perfil da formação profissional em educação física na América Latina: Apresentando dados preliminares. In: X Congresso de Pesquisa, Ensino e Extensão da UFG, 2013, Goiânia. *Anais...* Goiânia: UFG, v. 1, p. 11439-11443.



**XIX
CONBRACE**
VI CONICE
08 a 13 de setembro de 2015
VITÓRIA-ES

TERRITORIALIDADE E DIVERSIDADE
REGIONAL NO BRASIL E AMÉRICA LATINA:
SUAS CONEXÕES COM A EDUCAÇÃO
FÍSICA E CIÊNCIAS DO ESPORTE

SILVA, A. M. Panorama latinoamericano dos cursos de formação profissional no campo da educação física. In: VI CONGRESSO CENTRO-OESTE DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, X CONGRESSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 2014, Jataí. *Anais...* Jataí: UFG/CBCE, v. 1, p. 1-11.

SOUZA NETO, S. *et al.* A formação do profissional de Educação Física no Brasil: Uma história sob a perspectiva da Legislação Federal no Século XX. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, v. 25, n.2, p. 113-128, jan./mar. 2004.

TOJAL, J. B. A. G. (2004). Cenário da formação profissional em Educação Física, esportes e atividades físicas no Brasil. In: DA COSTA, L.P. (org.). *Atlas do Esporte no Brasil*. Rio de Janeiro: Consórcio CONFED/SESI/SESC/FENABB/ACM/CBC/COB, 2004, p. 858.

VENTURA, Paulo Roberto Veloso. *A educação física e sua constituição histórica: desvelando ocultamentos.* 2010. 206 f. Tese (Doutorado). Curso de Educação, Departamento de Educação, PUC/GO, Goiânia, 2010.